

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.815.620 - SP (2019/0144832-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**RECORRENTE** : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PROCURADOR** : GISLAENE PLAÇA LOPES - SP137781  
**RECORRIDO** : JULIANA CRISTINA APARECIDA NASCIMENTO BARION  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
MATHEUS BORTOLETTO RADDI - DEFENSOR PÚBLICO E  
OUTROS  
**INTERES.** : MUNICÍPIO DE ARARAQUARA  
**PROCURADOR** : RITA DE CÁSSIA ZAKAIB FERREIRA DA SILVA - SP210337

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS EM FAVOR DA DEFENSORIA PÚBLICA. INDEVIDOS QUANDO ELA ATUA CONTRA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO QUE INTEGRA A MESMA FAZENDA PÚBLICA. ENTENDIMENTO FIRMADO NO STJ. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

RECURSO DE APELAÇÃO E REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C.C ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. Saúde. Internação voluntária para tratamento de uso de substâncias psicoativas. Autora desinternada no curso do processo. Perda do objeto recursal em relação à remessa necessária. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DA DEFENSORIA PÚBLICA CONTRA O ESTADO. Aplicação da Súmula 421, do STJ. Confusão entre entes. Impossibilidade. Reconhecimento da necessidade de condenação do Estado no pagamento da verba sucumbencial, como reflexo da autonomia constitucional da Defensoria Pública. Entendimento recente do Pleno do STF, no AgRg na Ação Rescisória n.º 1.937, julgado em 30.06.2017, no entanto, que se alinha com o acórdão recorrido, devendo vincular os tribunais a ele subordinados, na forma do art. 927, V, do novo CPC. Matéria tratada autonomia funcional e administrativa das Defensorias que é constitucional. Recurso não provido.

Os embargos de declaração foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial o recorrente sustenta ofensa ao art. 381 do CC/2002, pois não seriam devido o pagamento de honorários advocatícios à Defensoria Pública do Estado de São Paulo, tendo em vista que esta faz parte da mesma pessoa jurídica devedora, restando por configurada a confusão entre credor e devedor.

Sem contrarrazões.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: “Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”.

A pretensão merece acolhimento.

Cinge-se a controvérsia, segundo se extrai do acórdão recorrido, de ação de obrigação de fazer, visando compelir o ente estatal a fornecer internação voluntária para o tratamento de dependência química.

O Tribunal de origem ao analisar a pretensão concluiu pela perda de objeto do reexame necessário, em razão da alta da autora, e estabelecendo o pagamento de verba honorária à Defensoria Pública, nos seguinte termos:

A antecipação de tutela foi concedida às fls. 23. O Município informou o cumprimento da decisão às fls. 45, tendo a autora ficado internada de julho de 2016 a fevereiro de 2017, de acordo com a informação prestada às fls. 137. Por fim, a autora foi encaminhada para tratamento ambulatorial.

No entanto, em relação ao recurso de apelação, insurge-se a FESP apenas no que tange à verba honorária. Nessa seara, as inovações legislativas posteriores à edição da Súmula 421, do C. STJ, não mais impedem a Defensoria Pública e aqueles a ela conveniados de receber honorários, quando vitoriosos em causa contra o próprio Estado de que aquela é integrante.

em sua Emenda 45/04, que alterou, no particular, o art. 134, da CR

[...]

Mas há também mudança legislativa expressa, advinda da Lei Complementar n.º 132/09, que alterou dispositivos da Lei Complementar n.º 80/94, entre eles o art. 4º, XXI, inserindo entre as funções institucionais das Defensorias Públicas a de

[...]

Tenho, assim, que o retrato firmado pela Súmula 421, do STJ, posto que não acompanhado pela legislação que a sucedeu, não mais abarca com precisão a hipótese em comento.

Com efeito, ressalte-se que esta Corte Superior de Justiça, no julgamento do REsp 1.108.013/RJ, da relatoria da Ministra Eliana Calmon, submetido ao rito do art. 543-C do Código Buzaid, há muito, firmou entendimento de que “não são devidos honorários advocatícios à Defensoria Pública quando atua contra a pessoa jurídica de direito público da qual é parte integrante”.

Dessa orientação adveio a Súmula 421 do STJ: “Os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença”.

Posteriormente, por meio do REsp 1.199.715/RJ, da Relatoria do Ministro Arnaldo Esteves Lima, firmou-se a tese pelo Tema 433 de que “não são devidos honorários advocatícios à Defensoria Pública quando ela atua contra pessoa jurídica de direito público integrante da mesma Fazenda Pública”, senão vejamos:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL

REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA REPETITIVA. RIOPREVIDÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PAGAMENTO EM FAVOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. NÃO CABIMENTO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

1. "Os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença" (Súmula 421/STJ).

2. Também não são devidos honorários advocatícios à Defensoria Pública quando ela atua contra pessoa jurídica de direito público que integra a mesma Fazenda Pública.

3. Recurso especial conhecido e provido, para excluir da condenação imposta ao recorrente o pagamento de honorários advocatícios.

(REsp 1199715/RJ, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, CORTE ESPECIAL, julgado em 16/02/2011, DJe 12/04/2011)

Vale ressaltar, ainda, que nem mesmo a alteração ocorrida na LC 80/1994 foi suficiente para promover a mudança do norte jurisprudencial deste Sodalício.

Nesse mesmo sentido (g.n):

PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. DEFENSORIA PÚBLICA. RECURSO ESPECIAL SUBMETIDO À SISTEMÁTICA PREVISTA NO ART. 543-C DO CPC/1973. SÚMULA 421/STJ. 1. Hipótese em que o acórdão recorrido deixou de viabilizar o pagamento de honorários advocatícios à Defensoria Pública do Estado do Amazonas pelo fato de esta atuar contra o Estado do Amazonas, pessoa jurídica da qual é parte integrante. 2. Sobre o tema, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.108.013/RJ, Rel. Min. Eliana Calmon, submetido ao rito do artigo 543-C do CPC, firmou entendimento no sentido de que não são devidos honorários advocatícios à Defensoria Pública quando esta atua contra a pessoa jurídica de Direito Público da qual é parte integrante. 3. "Os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença" - Súmula 421/STJ. 4. **"A atual redação do art. 4º, XIX, da LC 80/1994 não produz qualquer alteração no quadro analisado por esta Corte Superior, pois, desde o momento da criação do mencionado verbete sumular, teve-se em conta a autonomia funcional e administrativa do órgão. Além disso, o custeio de suas atividades continua sendo efetuado com recursos do Estado-membro ao qual pertence"** (AgInt no REsp 1.516.751/AM, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 23.2.2017). 5. Recurso Especial não provido. (REsp 1703192/AM, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/12/2017, DJe 19/12/2017)

Na hipótese, é certo que a ora recorrida é o Estado de São Paulo, de modo que também não deve ser condenada a arcar com tal ônus da sucumbência em face da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015 c/c o art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

